

---

Wander Amaral Camargo<sup>1</sup>

---

---

## **A IGREJA CATÓLICA E A CUT**

---

**RESUMO:** Esse artigo tem como perspectiva contribuir para a interpretação das relações entre a Igreja Católica no Brasil e os sindicatos de trabalhadores. Trata-se de uma abordagem teórica através da qual é definido o lugar e o papel dos sindicatos nos movimentos sociais. Parte-se do pressuposto de que a idéia de intervenção emergiu do campo de tensões que forjaram o movimento sindical, onde se opõem Estado e sociedade civil; supõe-se também que a questão da intervenção é objeto de uma disputa entre Estado, sindicatos e sociedade civil organizada. Desse quadro, emergem duas grandes abordagens a respeito das relações entre movimentos sociais e sindicatos: enquanto a primeira enfatiza a dimensão política, a segunda reforça a dimensão social. Para a realização do artigo, houve a estruturação em três momentos. No primeiro, numa abordagem histórica, definem-se os marcos da fundação da CNBB. No segundo, com o propósito de definir que agentes elaboram a idéia de intervenção, tece-se o quadro do debate atual a respeito do tema. Finalmente, na terceira parte, com o objetivo de pensar especificamente a CUT em uma perspectiva ideológica, aponta-se para a necessidade de recriar a sociedade e a política. Conclui-se, enfim, que as relações entre a Igreja Católica e os sindicatos são essencialmente anti-sistêmicas e que elas têm como agente principal os movimentos que recriam a sociedade civil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Igreja Católica; Formação sindical; CUT.

---

Data de recebimento: 28/09/04. Data de aceite para publicação: 05/10/05.

<sup>1</sup> Professor do Programa de Mestrado em Letras (Área de Concentração: Linguagem e Sociedade). Professor Adjunto do Centro de Ciências Sociais Aplicadas — Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) — Campus de Cascavel. Endereço eletrônico: wanderac@uol.com.br.

**SUMMARY:** This article has the purpose of contributing to the interpretation of the relations between the Catholic Church in Brazil and the workers' unions. The study constitutes a theoretical approach through which the place and the role of the unions in the social movements are defined. The starting point is the presupposition that the idea of intervention emerged from the field of tensions that forged the syndical movement, in which the State and civil society are opposed; it is also supposed that the issue of the intervention is object of a dispute among State, unions and organized civil society. From this framework, two great approaches regarding the relations between social movements and unions emerge: while the first emphasizes the political dimension, the second reinforces the social dimension. The article is structured in three parts. In the first, in a historical approach, the marks of the foundation of CNBB are defined. In the second, with the purpose of defining which agents elaborate the idea of intervention, the current debate regarding the theme is raised. Finally, in the third part, with the objective of considering specifically CUT in an ideological perspective, the need of recreating the society and the politics is pointed out. The study shows that the relations between the Catholic Church and the unions are essentially anti-systemic and that they have as their main agent the movements that recreate the civil society.

**KEYWORDS:** Church Catholic; Syndical formation; CUT.

## 1. INTRODUÇÃO

Em 28 de agosto de 1983 foi criada a Central Única dos Trabalhadores. Surgia uma nova perspectiva na criação de uma concepção sindical e estratégica, que daria conta de operar uma profunda transformação na estrutura sindical e na organização do trabalho, permitindo uma nova cultura política e contrapondo-se à terrível herança da estrutura autoritária.

Ao analisarmos o surgimento da Central Única dos Trabalhadores; encontramos diversas interpretações sobre a sua fonte de inspiração. Seja qual for a postura adotada, é importante, porém, salientar que a Igreja desempenhou papel fundamental na consolidação da CUT.<sup>2</sup> Para Rodrigues (1990), a CUT nasceu da necessidade de os dirigentes

---

<sup>2</sup> Algumas das siglas citadas nesse texto: Central Única dos Trabalhadores (CUT); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira (ACB); Juventude Operária Católica (JOC); Juventude Estudantil Católica (JEC); Juventude Universitária Católica (JUC); a Juventude Agrária Católica (JAC); Juventude Independente Católica (JIC); Movimento de Educação de Base (MEB); Comunidades Eclesiais de Base (CEB's); Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT).

sindicais “autênticos” fazerem frente ao regime autoritário. Já Stein (1997) indica que a CUT pode ser uma continuação da política sindical adotada pela Igreja Católica no Brasil - mais precisamente no fim da década de 40 e início da década de 60, período imediatamente anterior ao regime de exceção inaugurado em 1964 - para fazer frente ao crescimento vertiginoso da esquerda comunista e de sua influência nos sindicatos.

## 2. NO PRINCÍPIO ERA...

O processo de entrada da Igreja Católica no meio sindical começou pelos Círculos Operários ou Movimento Circulista nos anos de 1930 e desembocou na Juventude Operária Católica (JOC) em 1948, em meio à reestruturação da Ação Católica Brasileira (ACB) e buscava colocar em prática o método Cardjin do “ver, julgar e agir” em uma elite de militantes operários católicos que atuaria entre seus pares de modo a convertê-los ao cristianismo. Por esse método, o ser humano seria fruto do meio e não haveria condições de uma reforma espiritual dos homens sem uma reforma do local onde trabalham e vivem. Para isso era necessário que os jovens militantes conhecessem a realidade de forma adequada, para que assim identificassem os problemas (*ver*), realizassem um julgamento (*julgar*) em consonância aos valores cristãos e assim trabalhar (*agir*) para que as soluções ocorressem de modo a tornar mais justa a sociedade brasileira.

Em 1950, durante a Quarta Semana Nacional de Ação Católica, a Ação Católica Brasileira (ACB), constituída pelos arcebispos do Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Belo Horizonte e pelo bispo de Niterói, aceitou e sancionou os movimentos especializados, ou seja, aqueles em que os leigos deveriam atuar: estudantil, agrário, operário e independente. Surgiram, assim, a Juventude Estudantil Católica (JEC), de atuação entre os estudantes secundaristas; a Juventude Universitária Católica (JUC); a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Independente Católica (JIC).

Esse processo de reforma por que passava a Igreja Católica levou à fundação, em 14 de outubro de 1952, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Entre os seus estatutos, a CNBB tem como proposta:

Contrabalançar, inteligentemente, a conspiração do silêncio, não permitindo que os veículos da opinião pública continuem a dar a impressão de ausência da Igreja ou de um papel secundário da

mesma Igreja na vida do país e do mundo. [...] impregnar de espírito cristão o ambiente dos lares do Brasil. [...] alertar a tempo os católicos quanto a partidos ou candidatos que se recusem a comprometer-se em defender os postulados cristãos em matéria política [...] Uma influência sistemática, organizada, eficiente, impõem-se verdadeiramente” (Piletti et al., 1997: 196).

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) possibilitou, de forma concreta, o controle pelos bispos “renovadores” ou “progressistas” da Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira (ACB), tirando dos bispos diocesanos, mais conservadores, os meios para contraporem-se aos movimentos especializados, ou seja, a JOC, a JUC etc. A Igreja e a Ação Católica, no seu geral e ao mesmo tempo, continuavam a priorizar a atuação do clero junto às camadas mais ricas da sociedade brasileira, visando à sua formação. A CNBB, braço político da Igreja Católica, percebendo que o país passava por um processo de modernização que levava amplas camadas de trabalhadores urbanos e rurais a uma miserabilidade sempre crescente, começou a trabalhar para promover mudanças na estrutura da sociedade para que diminuíssem as injustiças.

Para o monsenhor Hélder Câmara (apud Piletti et al., 1997: 257), Secretário-Geral da CNBB, era chegada a hora de promover algumas mudanças e alertava para o abandono da população mais carente:

Os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência nem terão necessidade de inventar coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais. [...] Antecipai-vos à revolução. Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja.

Assim, a CNBB buscou ter por base o movimento dos trabalhadores no campo, em sua luta por terra e pelo reconhecimento de seus direitos em relação ao Estado brasileiro. O grande medo da Igreja era perder a sua já tradicional influência política para os comunistas, pois a avaliação era de que os trabalhadores urbanos já tinham sido desencaminhados, e a questão era não extraviar, também, o operariado rural.

A razão para tanto temor veio a se confirmar quando, em 1954, surgiam no Estado de Pernambuco, mais precisamente no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, as Ligas Camponesas, sob o comando de Francisco Julião. Com o surgimento das Ligas, a Igreja passou a ser mais atuante no meio sindical rural, propondo

transformações mais radicais na estrutura social e buscando organizar melhor os trabalhadores. Para que isso acontecesse, foi necessário, porém, que internamente houvesse a predisposição de buscar a criação de uma ordem social justa e que a Igreja buscasse, de acordo com Piletti (1997: 258), “não haver uma separação entre a fé cristã e a execução de uma ‘missão social’ que apontasse para a superação ou o alívio da miséria”.

Era necessário mais, portanto, que a ajuda dos leigos e de alguns sacerdotes. A saída encontrada pela CNBB era promover uma maior integração econômica no Brasil, em especial no Nordeste miserável, tendo como base a evangelização do trabalhador nordestino, contando para isso com a ajuda da Igreja, através do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).

A CNBB defendia uma estreita cooperação entre os sindicatos rurais, o Estado e a Igreja, para se encontrar soluções que levassem às reformas sociais de base. Para isso colocou vários de seus assessores leigos em contato com os técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para a realização de amplos estudos no intuito de orientar os bispos nas questões envolvendo as relações econômico-sociais.

O próprio presidente Juscelino Kubitschek, em encontros com representantes da CNBB, promoveu a pronta liberação de verbas para o Nordeste e, ao mesmo tempo, criou, em 1959, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sob a presidência do economista Celso Furtado. Esse entendimento estreito de interesses entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro mostrava-se favorável e oportuno para as partes. O Estado ficaria com as bênçãos políticas e a Igreja passaria a contar com o financiamento público para efetuar suas atividades de assistência e propagação de sua doutrina e, dessa forma, bloquear a expansão da esquerda. Contaria, também, com a ajuda monetária do Departamento de Estado Norte-Americano, que via nas Ligas Camponesas uma ameaça revolucionária para a América Latina. A solução encontrada pela Igreja foi, então, fortalecer os sindicatos existentes dentro da linha cristã promovida pelos Círculos Operários e criar outros, já com uma proposta Circulista, que barrasse as investidas da esquerda.

O fruto dessa união proporcionou, segundo Stein (1997), à Igreja o atendimento pelo Estado, de outras demandas, em especial na educação, onde a Igreja detinha em 1960 o controle de 60% das escolas secundárias e 30% das escolas de nível superior no país. Naquele momento, era primordial para a Igreja Católica influir de forma concreta

no conteúdo e na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que estava sendo analisada no Congresso Nacional desde 1948. Segundo o entendimento da Igreja, a LDB proporcionaria que se soubesse de antemão aonde o Estado aplicaria os recursos disponíveis para a área educacional, bem como os seus principais objetivos e prioridades pedagógicas: a oblação educacional era estratégica para a Igreja por duas grandes razões: a) a formação de uma elite católica, e b) tornava exequível pelas escolas confessionais a cobrança dos financiamentos públicos ou familiares determinados à escolarização das futuras gerações.

A Igreja procurava de forma simultânea atender na área educacional uma clientela que formava a elite brasileira e, de forma estratégica, vai ocupando todos os espaços disponíveis ao criar a Emissora de Educação Rural em Natal, sob inspiração do bispo D. Eugênio Sales e da Ação Católica Brasileira. A intenção era a de proporcionar aos trabalhadores rurais uma educação de base através do rádio.

Com o sucesso alcançado por essa iniciativa da Igreja, o então presidente Jânio Quadros apoiou, em 1961, a criação de um órgão que se encarregaria de impulsionar toda a sua extensão da educação popular. Foi criado o MEB, Movimento de Educação de Base, entidade vinculada pela CNBB. Segundo a CNBB, o principal objetivo do MEB era proporcionar uma educação integral e não simplesmente o de proporcionar uma alfabetização ao trabalhador rural. Para a CNBB, o MEB deveria desenvolver um programa que possibilitasse um ganho significativo no aumento da consciência política, social e religiosa dos trabalhadores. Por isso, na formação dos trabalhadores:

Deveria ocorrer um processo de “conscientização” que começaria com a alfabetização dos adultos pela valorização do código oral e da cultura popular. Simultaneamente os participantes passariam a interpretar a sua condição de vida como resultado das injustiças existentes na estrutura da sociedade brasileira. O passo seguinte seria a luta pela transformação da sociedade por meio da ação comunitária dos trabalhadores (Piletti et al., 1997: 271).

Esse interesse da Igreja pela formação dos trabalhadores estava relacionado ao fato de que em 1959, Cuba havia realizado uma Revolução de cunho marxista, onde a Igreja Católica tinha sido colocada fora do controle do Estado e, ao mesmo tempo, proibida de atuar política e religiosamente. Existia um receio de que essa revolução se estendesse ao restante da América Latina, em especial ao Brasil.

Para tanto, a CNBB, começou a estruturar um projeto estratégico de intervenção direta na realidade política brasileira, realizando diferentes táticas para atingir seu intento. Esse projeto era totalmente diferente dos trabalhos pastorais até então realizados e que eram fortemente influenciados pela linha da Igreja européia.

Assim, durante a V Assembléia Ordinária da CNBB, em abril de 1962, o Plano de Emergência foi debatido e aprovado pelo conjunto do episcopado e tendo como pontos importantes: primeiro, o fato não só da condenação do novo regime político em Cuba; mas principalmente o segundo ponto, que era uma veemente condenação do capitalismo liberal implantado no Brasil e suas conseqüências para a maior parte dos trabalhadores e de suas famílias que eram jogados para a miséria, esterilizando todos os esforços de catequização da Igreja.

A Igreja, através da CNBB, considerava que o modelo capitalista adotado no Brasil era tão ateu como o modelo comunista e, portanto, os católicos deveriam se organizar e lutar por um novo tipo de modelo que reformasse o capitalismo, ou seja, que promovesse uma mudança social baseada na “terceira via” ou, como era usado nas cartilhas da revista Síntese, da PUC do Rio de Janeiro, “o solidarismo cristão”.

É necessário considerar que a Igreja Internacional e a do Brasil passavam por mudanças profundas sob o pontificado de João XXIII, com um especial significado para a sua encíclica *Mater et Magistra*, de 15 de maio de 1961. O papa teve, com essa encíclica, a intenção de revelar que o problema rural ultrapassava as fronteiras nacionais e que a questão era mundial.

No caso do Brasil, a perversidade do subdesenvolvimento era muito maior e mesmo depois do fato de o país ter adotado um sistema capitalista industrial, o populismo não foi capaz de superar as desigualdades sociais. A modernização trazida pela entrada da tecnologia e do capital industrial internacional trouxe à luz o profundo fosso que era o processo de acumulação do capital industrial e o conseqüente empobrecimento do campo. O nosso país tinha uma das maiores taxas de desenvolvimento desigual de todo o mundo capitalista.

Daí o interesse da CNBB em fazer da Igreja a força social mais importante não só no Nordeste, mas em todo o país. O seu interesse reformista tinha como meta, além da reforma agrária, a elevação dos níveis de vida dos trabalhadores nas áreas da educação, da saúde pública, da habitação e da nutrição. Para isso lançava mão de todos os expedientes para tornar possível tal empreitada e exercia, junto ao governo brasileiro, um *lobby* para o reconhecimento dos sindicatos rurais e ao mesmo tempo executava um trabalho pastoral junto aos

demais trabalhadores. A questão principal dessa aliança entre a Igreja Católica e o Estado era a Reforma Agrária, pois, em 1961, o governo era exercido por João Goulart e pelo primeiro-ministro Tancredo Neves. Por parte do governo, havia um grande interesse em estender o domínio político do trabalhismo da cidade para o campo.

As retóricas advindas sobre a Reforma Agrária e como ela se daria, bem como a sua forma e extensão, possibilitaram, entretanto, a polarização entre as duas tendências políticas que militavam no interior da Igreja e da CNBB, ou seja, a ala “tradicionalista” ou “conservadora” e a “progressista” ou “renovadora”. Essa polarização foi fruto das três táticas adotadas pela CNBB na questão da sindicalização do trabalhador do campo. Ou seja:

- 1) Uma tática do “sindicato a todo custo”, tal como se pode denominar. Esse projeto, particularmente ativo nos anos de 1961 e 1962;
- 2) Os trabalhos desenvolvidos pela Ação Popular - AP, partido político originário da Ação Católica e da Juventude Universitária Católica - JUC - e que teve uma intervenção importante no Movimento de Educação de Base - MEB;
- 3) A atuação em que se empenharia o Movimento Circulista e a Confederação Nacional dos Círculos Operários (Stein, 1997: 3).

Todavia, esse trabalho pastoral da CNBB tinha sérios críticos, tanto dentro como fora da Igreja. Entre eles estava o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que de maneira geral, tinha um aspecto inofensivo, mas sistematicamente promovia, através do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), a desestabilização do governo de João Goulart, reunindo em suas dependências setores importantes do empresariado tanto nacional como multinacional. Segundo estudos posteriores, colaborou com a CIA e a Embaixada norte-americana na preparação do golpe militar de 1964.

No tocante à questão da Reforma Agrária, os trabalhadores brasileiros tinham inimigos ferozes, pois ela não era prioritária ao grande capital nacional e internacional, que perderiam muito de sua renda se o modelo de grande latifúndio fosse alterado, inviabilizando o repasse para o setor industrial da mais-valia gerada na terra.

Preocupada com o momento social por que passava o Brasil, a CNBB viu com bons olhos quando, em 11 de abril de 1963, o papa João XXIII proclamou a encíclica *Pacem in Terris*, durante o desenrolar do Concílio Vaticano II, mesmo sabendo que o simples acesso à terra não seria a solução cabal para o problema, tendo em vista que outras questões teriam de ser resolvidas. Para Beozzo (1996: 55), a controvérsia

maior girava em torno da ordem “educacional, técnica, assistencial e creditícia. Para a realização desse imperativo, a desapropriação por interesse social não contraria em nada a doutrina social da Igreja”.

A união da CNBB com o governo de João Goulart começou a dar resultados quando foi publicado no mesmo ano o “Estatuto do Trabalhador Rural”, possibilitando ao trabalhador rural os mesmos direitos do trabalhador urbano. A reação dos latifundiários foi mais uma vez, porém, negativa e possibilitou aos bispos “tradicionalistas” se manifestarem contrários a qualquer mudança nas relações rurais, pois isso comprometeria, em muito, a arrecadação de recursos para suas paróquias entre a elite dominante.

Esse debate no interior da Igreja brasileira teve um momento de arrefecimento quando em 3 de junho de 1963, o papa João XXIII morre - vítima de câncer no estômago - deixando em aberto a sua sucessão. Após a tradicional votação secreta, o escolhido foi o cardeal italiano Giovanni Battista Montini, proclamado papa Paulo VI, um continuador das idéias e atos de seu antecessor. Isso muito tranqüilizou a CNBB, pois o novo papa daria seqüência ao Concílio Vaticano II. Fatos novos, contudo, aconteceram no Brasil a partir de 1964, com a tomada do poder, através de um golpe, pelos militares. O intuito da classe dominante era impedir que os trabalhadores tivessem uma ascensão política em função das reformas de base empreendidas pelo governo de João Goulart. A organização da classe trabalhadora foi fortemente atingida pelos militares, seja nos sindicatos, seja nos partidos políticos, e seus militantes foram perseguidos e presos.

Iniciou-se um período de muita incerteza para a classe trabalhadora, pois o governo militar iniciou uma série de “reformas de base” em diversos setores - administrativo, fiscal, educacional, econômico e político -, impedindo qualquer participação direta dos trabalhadores nas decisões de governo e possibilitando aos dominantes uma inserção econômica cada vez maior com os Estados Unidos da América, Europa Ocidental e Japão.

Ao mesmo tempo, nossa economia ficava cada vez mais atrelada aos interesses externos e crescia mais a nossa dependência com o capitalismo multinacional. Nesse contexto foi elaborado, em 1964, o “Estatuto da Terra”, com uma proposta de modernização das relações no campo e permitindo uma agricultura baseada no uso intensivo de tecnologia e que iria atender basicamente o mercado externo.

A posição da Igreja quanto ao golpe militar foi de apoio por parte do setor tradicionalista e de distanciamento, num primeiro momento, por parte do setor progressista da CNBB. Isso fez com que a Igreja se tenha afastado da contenda, concentrando-se em tarefas internas e

nas reformas herdadas do Concílio. A repressão, inclusive com a eliminação física de diversas lideranças, foi o meio mais utilizado pelos militares para fazer calar toda e qualquer forma de contestação ao projeto de inserção do Brasil no universo capitalista mais inclusivo. Diversos líderes, tanto do meio sindical como da JUC, do MEB e da AP, foram presos, interrogados e alguns foram torturados para revelarem possíveis ligações com os comunistas.

Os efeitos dessa modernização forçada no campo logo se fizeram sentir entre os trabalhadores rurais, com o aumento da expulsão dos antigos colonos e posseiros para os núcleos urbanos, uma implacável perseguição aos líderes sindicais rurais que se opunham ao processo de expansão das fronteiras agrícolas.

Essa política, sustentada por fartos incentivos fiscais do governo e pela absoluta impunidade dos que praticavam a ocupação violenta de áreas já cultivadas, pela grilagem de terras, falsificação de documentos, corrupção de juizes, cartórios e órgãos do governo, criou resistência da população e levou a Igreja a um novo compromisso direto com as camadas populares dessa área (Beozzo, 1996: 58).

O incentivo para que a posição da Igreja brasileira se tornasse mais crítica em relação ao estado de pobreza e repressão política enfrentada pela classe trabalhadora, veio da segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín, Colômbia, de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968. O encontro de Medellín:

Sob orientação direta de Paulo VI, reafirmaria várias teses do Vaticano II e da encíclica *Populorum Progressio*, de 1967, como por exemplo, a idéia de uma Igreja inserida na busca de soluções para os problemas sociais do continente, abrindo espaço, assim, à consolidação das nascentes Comunidades Eclesiais de Base, orientadas por uma teologia voltada para a “libertação do Povo de Deus” (Piletti et al., 1997: 350-351).

Nessa época vigorava o AI-5, e toda manifestação da Igreja em apoio aos projetos dos trabalhadores sofreria forte repressão por parte do governo militar. Já que a palavra “trabalhador” tinha, para os ideólogos militares, a conotação de esquerdismo. A alternativa adotada pelo clero progressista foi o de incentivar os futuros projetos como sendo não mais de trabalhadores, mas, sim, de “projetos populares”, que teriam um sentido mais abrangente e menos ideológico.

Para consolidar essa tática, foi implementada a “evangelização conscientizadora”, ou seja, os membros das pastorais incentivavam o

aparecimento de pequenos grupos de moradores com o objetivo de discutir a doutrina cristã e aprofundar o debate sobre os problemas da comunidade. Em um efeito de multiplicação, esses grupos formavam outros grupos e assim sucessivamente, no sentido de encontrar soluções para os problemas do cotidiano. Nasceram, assim, em Vitória (ES), nos dias 6,7 e 8 de janeiro de 1975 (Beozzo, 1993: 130), as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

As CEB's eram para a Igreja uma alternativa real para se contrapor ao arrocho representado pela ditadura militar. Representaram o resultado de uma jornada começada em Medellín e apontava a preparação para Puebla. Para a Igreja, as CEB's são aqueles grupos nascidos dos estratos mais carentes da população brasileira, ou seja, tanto do campo como das cidades.

A intenção era, e é, atuar nos bairros de trabalhadores mais pobres e marginalizados, procurando alavancar o trabalho pastoral e suprir o espaço deixado por uma esquerda perseguida e sem rumos na ditadura militar. Segundo Beozzo (1996), diferentemente da Pastoral da Terra e da Pastoral Indígena, estas já com uma valoração institucional na CNBB, as Comunidades de Base (CEB's), pela sua especificidade mais espontânea e popular, não criaram um órgão representativo nacional, mesmo tendo em todo o país mais de 50.000 comunidades.

Ao caminhar para uma evangelização “libertadora”, a Igreja brasileira fez uma clara opção pelos pobres e oprimidos, ou seja, pela classe trabalhadora. O seu discurso passou a ter cada vez mais um caráter ideológico e político:

Que a Igreja participe da luta de libertação do povo, colaborando para que ele mesmo descubra as causas da opressão em que vive, denunciando toda forma de injustiça (tanto no nível do indivíduo quanto do sistema) propondo uma sociedade sem barreiras, em que se eliminem os privilégios e o monopólio dos meios de produção e dos serviços e equipamentos coletivos concentrados nas mãos de uma minoria. (...) Para ser real o serviço de libertação do povo, é necessário que entremos, nós mesmos, num processo de conversão e de mudança de classe (Beozzo, 1996: 131).

A situação política no Brasil passava, entretanto, por momentos difíceis no que tangia os direitos humanos e a Igreja parte para a denúncia das torturas a presos políticos e, em especial, contra a prisão de padres, seminaristas, militantes cristãos e militantes dos movimentos sociais. A defesa dos Direitos Humanos seria, a partir de

então, o novo campo de atuação da Igreja, com a criação da Pontifícia Comissão “Justiça e Paz”, e ,junto com outros órgãos da sociedade, passam a ter uma inserção mais elaborada perante a sociedade, e assim surgiram grupos e instituições com propostas bem definidas, ou seja, Sindicatos, Imprensa, Universidades, Ordem dos Advogados do Brasil, Corporações Profissionais e Estudantis, Movimentos de Não-Violência, Igrejas e Confissões Religiosas.

A partir dessa inserção e lutando para que houvesse um maior respeito pelos direitos dos mais pobres, a Igreja brasileira, em 1978, procurou ter uma posição cada vez mais progressista, articulando a campanha “Movimento do Custo de Vida” e se colocando na vanguarda dos inúmeros problemas enfrentados pela classe trabalhadora.

Essa postura mais política frente a esses dilemas fez com que a Igreja e a CNBB se preparassem para a III Conferência do Episcopado Latino-Americano, acontecida em 1979 em Puebla, no México, e estivessem mais fortalecidas perante a opinião pública brasileira.

Os principais pontos sobre os quais a Igreja brasileira e também a latino-americana se pautavam, desde Medellín, e que faziam parte da sua estratégia em Puebla, eram: os desafios vindos das queixas dos mais pobres, a opressão econômica acompanhada pelas opressões políticas e sociais, a organização das comunidades eclesiais de base, a opção pelos pobres, a leitura popular da Bíblia e o ponto mais caro para os bispos, a Teologia da Libertação.

Fatos novos, porém, revelavam que no seio da Igreja as coisas não eram propriamente favoráveis à Teologia da Libertação. A ascensão do novo papa João Paulo II, eleito em 16 de outubro de 1978, sucedendo a João Paulo I, e as decisões advindas da Conferência de Puebla reforçam uma guinada à direita no trabalho da Igreja latino-americana e foram o marco para uma marcha-à-ré no anseio de popularizar o trabalho secular de evangelização e que resultou no enquadramento da Igreja brasileira nas novas pautas da Igreja.

A vinda do papa João Paulo II ao Brasil em 1980 reforçou o ideário mais conservador da Igreja no tocante aos seus novos eixos de atuação, ou seja: do mundo, para si mesma. Era preciso então enfrentar o desafio da secularização emergindo da nova cultura urbano-industrial, técnico-científica, estar atenta às queixas dos ricos de terem sido esquecidos pela Igreja e dar um maior apoio aos movimentos de classe média. Os argumentos para que a Igreja brasileira se enquadrasse nos novos tempos eram basicamente os seguintes:

Buscava-se igualmente identificar as CEB's como Igreja "popular", entendendo-a como oposta à hierarquia; o trabalho de inserção dos religiosos e a reflexão teológica que o acompanhava, como magistério paralelo aos bispos; a opção pelos pobres, como a introdução da luta de classes na Igreja e oposta à sua missão de salvação universal; a teologia da libertação como ideologização e politização da fé, numa perspectiva marxista, e a leitura popular da Bíblia como reducionismo inaceitável (Beozzo, 1996: 225).

Essa retomada por parte da Igreja de uma orientação conservadora, proporcionou uma munção extra para os conservadores brasileiros. Dessa forma, a Igreja passou a movimentar-se com maior cautela e, gradativamente, foi se tornando um executante subalterno das relações políticas conservadoras oriundas da Cúria romana.

Esse afastamento da linha de frente não fez, porém, a Igreja sair da cena política. Apenas reforçou o seu papel de agente de atuação nos bastidores do poder. O país caminhava, no final da década de 1970, para a chamada "transição para a democracia", o que não acontecia somente no Brasil, mas, sim, em toda a América Latina. A Comissão de Justiça e Paz, da diocese de São Paulo, através do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, iniciou uma articulação com os setores mais "progressistas" para um estudo sobre as condições de vida da classe trabalhadora. Surgiram nessa época diversas análises, como "São Paulo 1975: crescimento e pobreza" (CAMARGO, 1976), "A greve dos 300 mil e as comissões de empresa" (MOISÉS, 1977) e "São Paulo: o povo em movimento" (SINGER et al., 1980), que esmiuçaram os pormenores do cotidiano da classe trabalhadora fabril paulista.

Ao mesmo tempo em que estimulava os estudos sobre a organização social no interior da sociedade brasileira, buscava subsídios para entender o que ocorreria às instituições políticas nesse período de "transição". São importantes os estudos como: "Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979" (LAMOUNIER, 1980); "Os partidos políticos e as eleições no Brasil" (LAMOUNIER et al., s.d.); e "Os partidos e o regime" (REIS, 1978). Esses estudos tinham como centro de análise a natureza e as possibilidades da transição para a democracia, mantendo uma vinculação direta com os debates políticos sobre oportunidades e estratégias. Em função dos compromissos assumidos, tanto em nível interno (pastorais operárias, da terra, CIMI, etc.), como externo (captação de recursos para o trabalho de evangelização, manutenção e construção de novos seminários, conventos, etc.), era de fundamental importância para a Igreja brasileira e a CNBB, a relação entre justiça social e cidadania.

Era tempo do “milagre brasileiro”, apoiado na arrogância de um autoritarismo eminentemente excludente e repressor que alardeava um desempenho econômico e escondia suas funestas conseqüências sociais. A ideologia imperante baseava-se na idéia de que, com o crescimento do bolo econômico, haveria maiores fatias a serem distribuídas. Desta forma, a exclusão social do momento era o preço inerente de um progresso que se realizava de maneira extremamente rápida e, naturalmente, com o tempo, os grupos sociais aliados seriam paulatinamente incorporados aos benefícios que estavam sendo gerados (Kowarick, 1982: 44).

O eixo passou a ser a inter-relação entre as demandas de cunho econômico e as de cunho político. Para a Igreja, a justiça social só poderia vir por uma melhor distribuição da renda que o governo militar ajudou a concentrar. Para mudar esse binômio perverso era preciso alterar as relações que impediam a democratização e o acesso a ela pelo conjunto da população. Mas o que viria a ser democracia em um país devastado politicamente por um regime autoritário? Para a Igreja significa encontrar no âmago, ou melhor, na base da sociedade os mecanismos que melhor poderiam levar a sua ideologia à frente, ou seja, - nas suas comunidades eclesiais, nas associações de moradores e nos sindicatos operários. Esses novos atores sociais nos anos de 1973-1974 representariam um marco nas relações políticas no Brasil.

Temos de ter em mente que o processo de democratização no Brasil foi marcado por conjunto não muito organizado de probabilidades, de auspícios e de fé por parte da quase totalidade dos brasileiros. A esperança era de que o regime autoritário restabelecesse os direitos políticos, cassados pelo AI-5 em 1968, e essa esperança estava alicerçada por um grande movimento popular em favor de um retorno a um governo civil. Não obstante a precaução por parte dos envolvidos no processo de transição, as dessemelhanças foram aparecendo com relação aos tipos de mudanças que eram necessárias.

Nesse período, um amplo espectro de movimentos sociais associados à Igreja (movimento de moradores, associações profissionais, além de sindicatos operários) desempenharam um papel político de profunda significância no futuro do Brasil. As CEB's representaram o sêmen de uma proposta política que resultou na fundação, em 1975, do Partido dos Trabalhadores (PT) e posteriormente, em 1983, na Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Os leigos ligados às CEB's começaram a fazer parte de movimentos sociais, como, por exemplo: movimento de moradores, associações profissionais e sindicatos operários. Muitos faziam parte

da Pastoral Operária, em São Paulo, e em 1976 foram incentivados, como militantes sindicais, a participarem da eleição para o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo na qualidade de oposição sindical. Esses mesmos ativistas, quando na eclosão das greves do ABC paulista no período de 1978 a 1980 e que resultou na perseguição e cassação de muitos líderes sindicais pela ditadura militar, ajudaram na organização do apoio logístico da Igreja a esse novo movimento social chamado de “novo sindicalismo”. Segundo análise de Keck (1991: 61), “a sobreposição de papéis entre os membros dessas distintas organizações era freqüente; os vínculos com a Igreja constituíam um componente essencial das redes dos movimentos sociais que se desenvolveram nos anos 70”.

A saída para fugir do controle que a ditadura militar impunha ao movimento sindical foi organizar os operários pela base. Somente esse tipo de organização podia desafiar as velhas lideranças “pelegas” e buscar, através de grupos de discussão, obter o controle dos sindicatos nas eleições. O limite para a organização pela base é que ela não poderia ser paralela ao sindicato e, pela lei sindical vigente, só os sindicatos poderiam ter legitimidade. Assim, as lideranças saídas da oposição sindical assumiram a tarefa de lutar pela mudança no aparato institucional dos sindicatos que os atrelavam ao Estado.

Quando Luís Inácio da Silva, o Lula, [...] e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, do qual era presidente, assumiram uma posição de liderança no “novo sindicalismo”, muitos observadores, tanto de dentro como de fora do movimento operário, demonstraram suspeita. [...] não esperavam que um líder, presidente de seu sindicato, viesse a incentivar a democratização e a participação da base ou pressionar pela autonomia sindical. Por outro lado, Lula acreditava que a tarefa mais importante dos militantes operários era conseguir ganhar o controle institucional dos sindicatos (Keck, 1991: 65).

É necessário que se esclareça, porém, que a Igreja brasileira nesse período, de forma estratégica, teve e tem sempre o interesse em ocupar todos os espaços disponíveis, mesmo que aos olhos externos isso não fique tão evidente. Ao ocupar tais espaços nos anos 1970 em diante, a forma escolhida foi a via indireta, pois não era de seu interesse criar um partido político, nos moldes dos democratas cristãos como em outros países, mas, sim, de desempenhar a função de “meio de proteção” necessário aos movimentos sociais emergentes. A continuidade desses movimentos levou ao surgimento de um novo ideário, que modificaria por dentro as instituições já estabelecidas, no caso, partidos políticos,

sindicatos, associações de moradores, etc., e que promoviam as mudanças sociais almejadas pela Igreja na sociedade brasileira.

Diferentemente de outros países, inclusive latino-americanos, a Igreja brasileira adotou um discurso de conotação radical que estabelecia desconfianças em relação aos partidos políticos e instituições que não levavam em consideração as suas diretrizes doutrinárias. Para Brambatti (1994: 13), “ao contrário do que estudos anteriores indicam, a participação da Igreja progressista na criação do PT foi maior e mais efetiva”.

Por isso, ao estudar esses movimentos sociais, vários cientistas sociais constataram que o “basismo”, imperante principalmente nas CEB’s, seria uma nova forma de inserção dos trabalhadores na política (CARDOSO, 1981: 07-47). De acordo com Brambatti (1994: 30), “a bibliografia destinada ao entendimento da gênese do PT dedica pouco espaço para uma análise pormenorizada do papel que a Igreja desempenhou na criação do PT”.

A estrutura das CEB’s e de outras organizações ligadas à Igreja permitia que as assembleias para a escolha de delegados, tanto em nível regional ou nacional, não tivessem a conotação de “centralismo” ou de controle das atividades dos grupos locais: “Além de engajar-se no processo, a Igreja atuou como força política independente, como uma tendência dentro do PT, lançando e apoiando candidatos, alguns oriundos da Democracia Cristã, como Plínio de Arruda Sampaio” (Brambatti, 1994: 31). Essa análise é corroborada por outro estudioso, Rodrigues (1990: 12), que afirma: “Assim, o PT surgiu a partir de duas instituições sólidas da sociedade brasileira: a Igreja e a estrutura sindical oficial”.

A grande virtude das CEB’s no trato com os trabalhadores foi a de permitir que a participação, gerada pela iniciativa local, ocorresse em tempo real, ou seja, a idéia gestada era a de que a manipulação dos interesses e reivindicações das classes populares sempre vinha de fora e que essa manipulação ocorria sempre em organizações situadas em níveis mais elevados, impedindo uma participação mais ativa da base. A mesma opinião, sobre as CEB’s, é compartilhada por Keck (1991: 63), quando afirma que elas promoveram “um *ethos* cujos valores centrais eram a autonomia (em relação ao Estado e aos partidos) e a auto-organização e cuja imagem prototípica era a ‘caminhada’, a longa marcha do povo de Deus em direção a uma sociedade mais justa”.

Essa característica em apresentar dois valores para uma mesma relação entre a organização das bases e a ação política em níveis superiores conservou-se como uma particularidade do PT, ou, como

diz Keck (1991: 63), “essa crença no lugar fundamental da iniciativa local”. A influência exercida pelas CEB’s refletiu muito nos caminhos trilhados pelos trabalhadores na organização de suas entidades representativas.

É o próprio povo que deve assumir a direção de sua caminhada. As pessoas do meio popular tomam em mãos essa direção através das lideranças geradas e consolidadas pelo próprio trabalho. Essas lideranças, submetidas ao controle permanente das bases e revogáveis a qualquer momento, devem estabelecer a mediação do agente pastoral com a comunidade, impedindo que o agente seja, na prática, o dirigente da comunidade (Betto, 1981: 34).

Com o passar do tempo a influência das CEB’s sobre o movimento social representado pelos trabalhadores metalúrgicos foi se tornando cada vez maior e era chegada a hora de os sindicatos mais “combativos” começarem a se organizar nacionalmente. Brambatti (1994: 30-32) postula que, na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), “a Igreja teve o papel de interiorizar o partido, atuando organicamente na formação de diretórios. O PT ganhou o interior do país graças à adesão dos movimentos sociais liderados de alguma forma pela Igreja”.

Todo o processo ocorreu em meio a uma forte politização das tendências que compunham o meio sindical e em 1981, quando se realizou a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), os primeiros grupos informais de líderes sindicais foram substituídos por tendências muito bem estruturadas, possuidoras de uma visão sindical e de mundo diferentes de uma em relação às outras. Para Keck (1991: 201), “a CONCLAT foi um evento histórico. Realizada entre 21 e 23 de agosto de 1981, na Praia Grande, em São Paulo, reuniu 5.247 delegados de 1.126 sindicatos e associações profissionais”.

De acordo com estudo sobre o tema, havia três tendências que se sobressaíam no movimento sindical, sendo que a primeira era conhecida como “oposição sindical”, composta por sindicalistas católicos que eram ligados às bases. Eles tinham como pressuposto primeiro a organização dos trabalhadores em comissões de fábrica e procuravam agir fora da estrutura oficial dos sindicatos. A segunda era a Unidade Sindical, que tinha interesse em organizar-se para buscar a liderança do movimento sindical, em especial nas federações e confederações. Seus líderes eram ligados ao Partido Comunista Brasileiro. E a terceira tendência era conhecida como os “autênticos”, que, diferentemente da segunda tendência, não tinham interesse nas federações e confederações. Trabalhavam dentro da estrutura oficial dos sindicatos

e davam apoio às organizações de fábrica e á participação das bases. Tinham como prioridade a independência sindical em relação ao Estado. Sua liderança era exercida por Lula e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (MENEZES, 1982).

É preciso distinguir, porém, muito bem o significado histórico dessa CONCLAT, em relação às outras realizadas posteriormente. Entre as várias resoluções tomadas nessa Conferência, registre-se a composição da Comissão Nacional Pró-CUT.

Uma vez estabelecida, a Pró-CUT ficou seriamente dividida: de um lado um grupo de líderes sindicais, encabeçados pelos metalúrgicos de São Bernardo, que queriam promover o sindicalismo de base e priorizavam a ação direta (especialmente as greves); do outro, os que favoreciam uma abordagem mais moderada, com a criação de uma organização nacional que funcionaria mais a partir de cima, na arena das decisões políticas, do que a partir de baixo, coordenando novas iniciativas das bases (Keck, 1991: 201).

Como havia um imbricamento entre os líderes sindicais Pró-CUT e líderes do PT, houveram por bem decidir que a evolução do quadro sindical e partidário passava pela disputa de hegemonia do aparelho burocrático, tanto da Central como do PT. Para isso, em meados de 1983, foi criada a “Articulação dos 113”, que tinha como proposta: o combate a setores que buscavam a institucionalização formal do movimento operário; e buscar colocar um freio naqueles que imaginavam o movimento como sendo a vanguarda que atuaria na sociedade civil em nome da classe trabalhadora.

Uma segunda CONCLAT, ou Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, foi realizada em São Bernardo do Campo em agosto de 1983, com 5.059 delegados de 665 sindicatos e 247 outras organizações trabalhistas, e foi responsável pela fundação da CUT. Já a terceira CONCLAT realizou-se na Praia Grande, São Paulo, em novembro de 1983 e era apoiada por sindicatos contrários à estratégia seguida pela CUT.

Para os estudiosos, a Articulação dos 113 era uma consolidação das lideranças que tinham o respaldo da sua ala sindical (inclusive Lula), dos membros das CEB's e de intelectuais. Na proposta de fundação da Articulação, de acordo com Keck (1991: 135), existiam algumas recomendações aos seus membros de forma que eles tivessem uma “participação nos movimentos sociais, culturais e no movimento operário, intensificar o recrutamento e as atividades de organização

partidária e, por fim, dar mais atenção à educação política dos filiados”. Nesse aspecto, a formação começou a ganhar espaço com a criação do Instituto Cajamar, o INCA, em 1986. O Instituto Cajamar surgiu da necessidade de se ter uma escola de formação política, não só do PT, mas, também, para a CUT e os movimentos populares.

A contribuição de cada segmento no processo de constituição do INCA, principalmente da contribuição metodológica da Igreja progressista, através de alguns intelectuais de organismos como o CEPIS (Centro de Educação Popular e Investigação Social), principalmente com a participação de Pedro Pontual e Frei Betto, que levaram para o INCA o voluntarismo e a metodologia do Ver, Julgar e Agir (Brambatti, 1994: 12, grifo meu).

Recordemos que a Ação Católica Brasileira (ACB) já propunha em 1950 o método de Cardjin. Mas o que é esse método realmente? Betto (1981: 29) postula que “as comunidades eclesiais de base se orientam pelo método ver-julgar-agir” (grifos no original). Foi, sem dúvida nenhuma, a principal ferramenta utilizada pelos coordenadores das CEB’s no processo de formação de seus militantes.

A forma como essa metodologia era utilizada era muito variada e, conforme o local onde a comunidade era instalada, tinha um enfoque diferente, adaptando-se ao cotidiano e às pessoas. Geralmente questionava dos participantes o seu cotidiano na semana. Na exposição, os problemas e os embaraços eram percebidos e, assim, uma ou mais teses eram selecionadas e debatidas. Isso era e é chamado de ver.

Ao se chegar à constatação do problema ou dos problemas, era esse o momento em que a comunidade ou grupo passa ao segundo passo da metodologia, ou seja o julgar. A realização dessa parte era e é sempre coletiva e uma pergunta se impõe: Como agir? De acordo com Betto (1981: 30), “essa segunda parte do método é sempre ligada ao Evangelho. Alguém sugere uma passagem do Novo Testamento que, a seu ver, ilumina o tema em discussão. Todos ouvem em silêncio e, em seguida, fazem seus comentários. Ou seja, a relação ação de Jesus-nossa ação”. O passo seguinte era planejar as ações e enfrentar os problemas de forma concreta, enfim, o agir. Segundo Frei Betto, a metodologia não é algo que funciona sem complicações, sem complexidade, mas, sim, de modo dialético.

O ver já traz no seu bojo elementos para o julgar e exigências para o agir. Cada momento se inter-relaciona com os demais. A avaliação de agir nas reuniões seguintes não é um recomeçar tudo de novo, mas a continuidade da ação, retomada sob a

consciência crítica de suas falhas e erros e de suas implicações pastorais (teológicas, bíblicas e políticas no sentido amplo) (Betto, 1981: 31).

Para Frei Betto, o processo de formação é muito complexo e exige uma participação mais calcada em pressupostos teóricos e que não seja só espontânea, pois necessita de momentos de reflexão em relação à prática. As lideranças pastorais têm de emergir nessa reflexão para descobrir qual é o empreendimento a ser realizado historicamente.

Por isso, no entender das CEB's, é importante que as lideranças passem por constantes treinamentos, pois assim elas não ficariam elitizadas e nem se afastariam da comunidade. Em meio a esse processo chamado de "dialético" pelas CEB's, surge um aspecto importante e que é fundamental para o entendimento do que será a formação sindical. De acordo com Frei Betto (1981: 37-38), "a pastoral popular procura estabelecer uma relação dialética com as bases e um dos aspectos mais importantes dessa relação é a descoberta de uma nova pedagogia de trabalho com as classes populares". Mas, para que aconteça um contato maior entre as CEB's e a base popular, há a necessidade de uma reeducação mútua, e isso só possível com uma metodologia inspirada na obra "Pedagogia do oprimido", de Paulo Freire. Ela vem atender em muito às necessidades dos "educadores populares".

Os novos educadores se debruçaram sobre os livros de Paulo Freire - (...) seu idealismo filosófico e seu humanismo cristão - e procuraram absorver suas orientações metodológicas para a alfabetização popular. De outro lado, porque através do método Paulo Freire abria-se um lugar para a elaboração crítica e coletiva das experiências da vida individual e social (Sader, 1995: 168).

No caso da Escola Sul da CUT, o que podemos apontar é que a pedagogia paulofreiriana foi incorporada e sintetizada pelos seus formadores, e também pelos alunos dos cursos de formação. Manfredi (1996: 181) postula que "as obras de Paulo Freire (em particular a Pedagogia do oprimido) possuem um caráter explicitamente político, com uma conotação polissêmica, gerando uma multiplicidade de práticas educativas" (grifado no original). Isso mas leva, em última análise, a concluir pela inserção do pensamento cristão em todo o movimento popular gestado após o período mais duro da ditadura militar.

Segundo Manfredi (1996: 181), existia uma grande quantidade de educadores populares, com ênfase para os agentes pastorais da Igreja, que acreditavam na proposta educativa de Paulo Freire, por vê-la democrática e participativa. A solução, então, passa pela descoberta

de temas geradores, que são assim chamados porque “Qualquer que seja a natureza de sua compreensão ou da ação por eles provocada, contêm, em si, a possibilidade de se desdobrarem em outros temas que, por sua vez, provocam novas tarefas” (Manfredi, 1996: 184). Segundo a metodologia paulofreiriana, os chamados temas geradores possuem uma série de conteúdos, de idéias, que revelam toda uma série de historicidades que vão indicar um roteiro que será utilizado em sala de aula como investigação.

Em síntese, é uma experiência onde os militantes se formam e vão formando outros ao mesmo tempo, em uma ação sempre multiplicadora. Seguimos a idéia paulofreiriana dos temas geradores, onde não se tem discussões já feitas e acabadas, mas diálogos que, no seu desenvolver, formam e transformam o grupo (CUT, 1996(e): 2).

Foi se utilizando desse referencial teórico que a Escola Sul da CUT, com a ajuda do CEPIS (Centro de Educação Popular e Investigação Social), uma entidade ligada à Igreja Católica, montaram um curso sobre Formação Básica Multiplicadora (FBM).

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diversos temas e questões, apenas tangenciados nesse artigo, têm de ser desenvolvidos em pesquisas posteriores. Só para citar alguns exemplos: os dados sobre a influência da CNBB sobre o sindicalismo obtidos durante a realização dessa pesquisa estão subutilizados e certamente merecem um trabalho específico; a elucidação das razões que levaram a CUT a aceitar a FBM (Formação Básica Multiplicadora) como determinante do processo de formação sindical; a análise de um outro caso onde emerge alguma forma de cooperação entre os atores na formação muito nos ensinaria sobre as condições para tal; a atuação da Escola Sul da CUT e da Igreja nesse processo e de seus reflexos nas relações entre os atores esclareceria aspectos não analisados aqui.

#### 4. REFERÊNCIAS

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXVIII a João Paulo II**. Petrópolis: Vozes, 1993.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRAMBATTI, Luiz Ernesto. **Para além da Educação Política: o Instituto Cajamar e o processo de formação de quadros**. Campo Grande: UFMS, mimeo, 1994.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira [et al.]. **São Paulo 1975 - crescimento e pobreza**. São Paulo: Loyola, 1976.

CARDOSO, Fernando Henrique [et al.]. “Regime político e mudança social”. **Revista de Cultura e Política** – n. 3, nov.-jan, 1981.

CUT. **Transformações do mundo do trabalho e perspectivas de emprego - formação básica multiplicadora**. Florianópolis: CUT, 1996 (e).

KECK, Margaret E. **PT: a lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991.

KOWARICK, Lúcio. “O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana”. In: KOWARICK, Lúcio [et al.]. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique. **Os partidos políticos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s. d.

LAMOUNIER, Bolívar [et al.]. **Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil (1970-1979)**. Petrópolis: Vozes; Cebrap, 1980.

MANFREDI, Sílvia M. **Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural**. São Paulo: Escrituras, 1996.

MENEZES, Clarice M. [et al.]. **CONCLAT 1981: a melhor expressão do movimento sindical brasileiro**. Rio de Janeiro: ILDES, 1982

MOISÉS, José Á. **A greve dos 300 mil e as comissões de empresa**. São Paulo: Cedec, mimeo, 1977.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia**. São Paulo: Ática, 1997.

REIS, Fábio Wanderley. **Os partidos e o regime**. São Paulo: Símbolo, 1978.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes; Cebrap, 1980.

STEIN, Leila de Menezes. **A construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964)**. Campinas: IFCH, mimeo, 1997.

Unioeste  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
— [www.unioeste.br](http://www.unioeste.br) —

REVISTA VARIA SCIENTIA

Versão eletrônica disponível na internet:

<http://e-revista.unioeste.br>

**VARIA**  
**SCIENTIA**